

## **PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS DO IAPMEI**

Em cumprimento da Recomendação do Conselho da Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de Julho de 2009, o IAPMEI, enquanto entidade gestora de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, procedeu à elaboração do seu plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas.

De acordo com aquela recomendação e com as orientações do CPC, o plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas deve ser elaborado pelos órgãos dirigentes máximos de cada entidade, devendo ser constituído pelos elementos na mesma identificados, tendo-se adoptado a seguinte estrutura:

**I** – Identificação dos responsáveis;

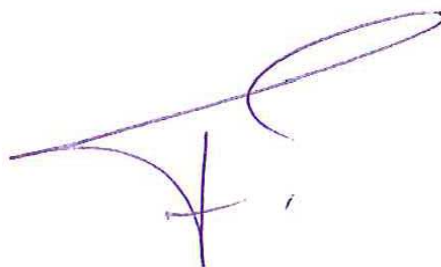
**II** – Organograma;

**III** – Identificação das áreas e actividades, dos riscos de corrupção e infracções conexas, das medidas adoptadas, dos mecanismos de controlo interno e dos responsáveis.

**IV** – Acompanhamento da execução do plano – Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Lisboa, 28 de Dezembro de 2009.

O Presidente do Conselho Directivo do IAPMEI



---

## **Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas do IAPMEI**

### **I – Identificação dos responsáveis**

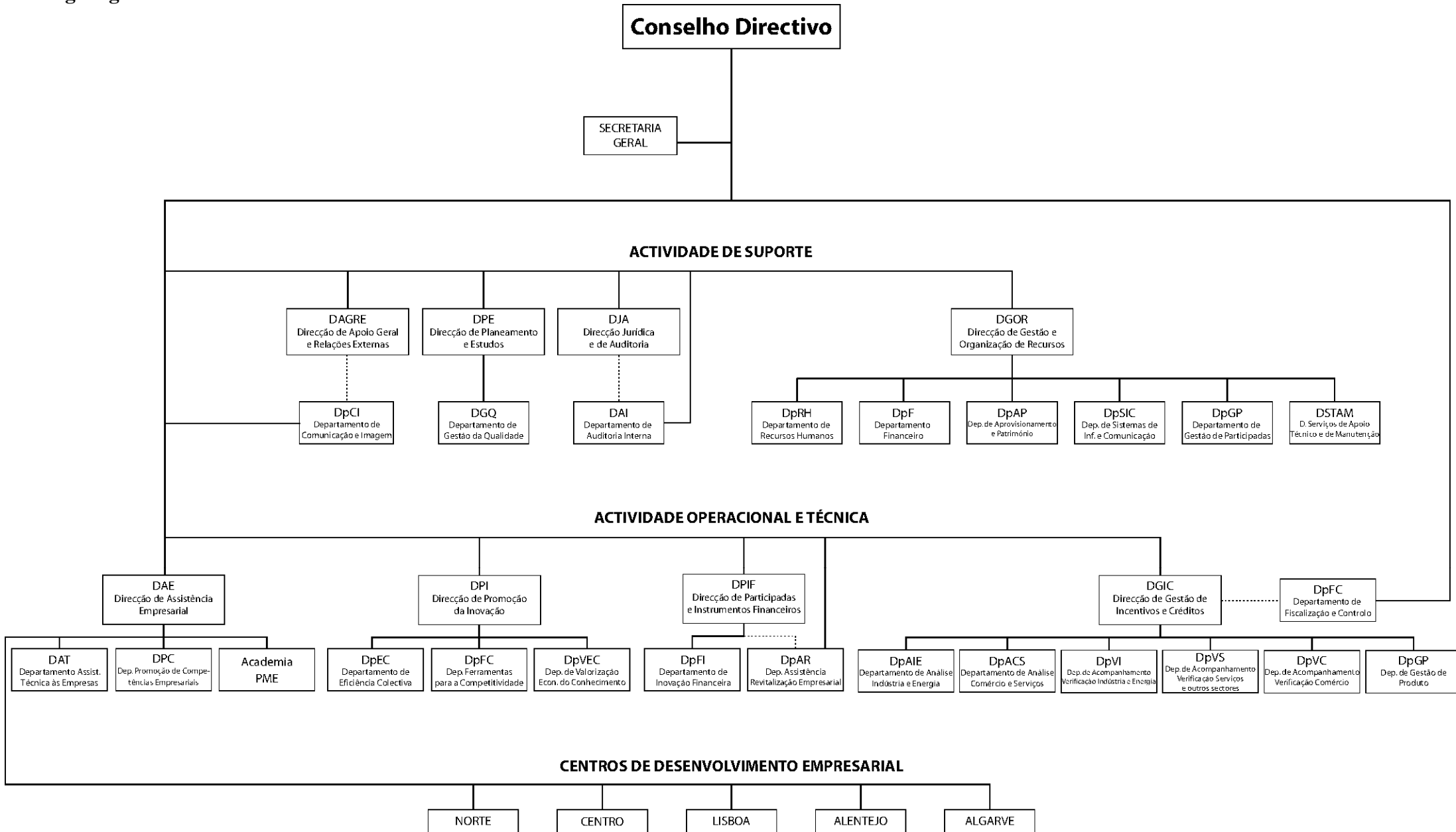
- Presidente – Luís Filipe Costa
- Vice-Presidente – Pedro Matias
- Vogais – Miguel Cruz; João Neves; Margarida Perdigão
- Secretário-geral – António Branco

#### Direcções:

- Direcção de Apoio Geral e Relações Externas (DAGRE) – Rui Rodrigues  
Departamento(s):  
Comunicação e Imagem (DpCI): Elisabete Machado
- Direcção de Planeamento e Estudos (DPE) – Carlos Carneiro Pinto  
Departamento(s):
- Direcção de Gestão e Organização de Recursos (DGOR) – Eduardo Augusto  
Departamento(s):  
Recursos Humanos (DpRH) - António Cardoso Pereira  
Financeiro (DpF) – Sónia Pinheiro  
Aprovisionamento e Património (DpAP) – Jorge Duque  
Sistemas de Informação e Comunicação (DpSIC) – Carlos Castro  
Gestão de Participadas (DpGP) – Paulo Figueira  
Serviços de Apoio Técnico e Manutenção (DpSATM) – Luís Alves Pereira
- Direcção Jurídica e de Auditoria (DJA)– Ana Abrantes  
Departamento(s):  
Auditoria Interna (DpAI)– Paula Spínola
- Direcção de Promoção da Inovação (DPI) – Filomena Egreja  
Departamento(s):  
Eficiência Colectiva (DpEC) – Filomena Egreja  
Ferramentas para a Competitividade (DpFC) - Helena Moura  
Valorização Económica do Conhecimento (DpVEC) – Cristina Branquinho
- Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos (DGIC)– Pedro Cilínio  
Departamento(s): Fiscalização e Controlo (DpFC) – Conceição Castro

- Direcção de Assistência Empresarial (DAE)– Carlos Carapeto  
Departamento(s):
  - Assistência Técnica às Empresas (DAT) – Carlos Alberto Almeida
  - Promoção de Competências Empresariais (DPC) – Etelevina Nabais
  - Academia PME – Inês Berlenga
  - Centro de Desenvolvimento Empresarial do Norte (CDEN) – Fátima Tavares
  - Centro de Desenvolvimento Empresarial do Centro (CDEC) – José Vale
  - Centro de Desenvolvimento Empresarial de Lisboa (CDEL) – José Vale
  - Centro de Desenvolvimento Empresarial do Alentejo (CDEA) – António Cebola
  - Centro de Desenvolvimento Empresarial do Algarve (CDEA) – João Rodrigues
  
- Direcção de Participadas e Instrumentos Financeiros – André Março  
Departamento(s):
  - Inovação Financeira (DpFI) – Manuel Arsénio
  - Assistência à Revitalização Empresarial (DpAR) – Luís Santos

## II - Organograma



## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DAGRE	DpCI- Departamento de Comunicação e Imagem	Articulação da intervenção do IAPMEI no âmbito das relações internacionais.  Actividades de atendimento não presencial e de Comunicação interna e externa	Representação e participação do IAPMEI em reuniões e Fóruns internacionais; Participação em sedes e em sedes internacionais de organizações congéneres Gerir contactos via tecnologias de informação e comunicação Assegurar o Call Center Gerir a imagem pública do IAPMEI Apoiar a organização de eventos Assegurar a assessoria de imprensa	N/ identificados	N/ previstas	N/aplicável	Rui Rodrigues (Director)  Elisabete Machado (Chefe de departamento)

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
Direcção de Planeamento e Estudos		Contribuir para a modernização e melhoria da performance da organização, planeando e acompanhando a actividade e efectuando estudos sobre matérias relevantes, designadamente, de suporte à definição de políticas a prosseguir.	Planeamento da actividade; Dinamização de estudos e informação; Gestão da qualidade (implementação, em função da criação do sistema de gestão da qualidade); Provedoria do Cliente; Implementação e supervisão da Certificação de PME; Implementação e acompanhamento do SIADAP	Área de improvável ou reduzido risco de corrupção ou de infracções conexas	Execução do Plano anual de formação; Actualização do manual de procedimentos da DPE; Actualização dos documentos do ciclo de gestão (dependente da participação de outras unidades orgânicas) Articular o planeamento com o novo SIADAP	Sistemas de gestão de documentos de fornecedores e de correspondência; Planeamento, acompanhamento e controlo da actividade; Provedoria do Cliente no site do IAPMEI; Inquérito à satisfação dos utilizadores SIADAP	Carlos Carneiro Pinto (Director)

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGOR- Direcção de Gestão e Organização de Recursos	DpF	Assegurar o adequado financiamento da actividade do IAPMEI e o cumprimento dos compromissos e direitos financeiros perante terceiros	Recolher, validar e registar a informação contabilística Elaborar relatórios de execução financeira para cumprimento de requisitos internos e externos Elaborar as contas anuais e a conta de gerência Prestar informação a empresas e auditores Prestar informação a entidades externas e da fiscalização (auditores, TC, IGF) Gerir o orçamento do Instituto Gerir as rotinas dos fluxos de tesouraria e respectivas aplicações financeiras Realizar actividades de controlo (reconciliações bancárias e verificação de fundos de maneio) Controlar o orçamento do Instituto Mobilizar os fundos associados aos sistemas de incentivos Guardar e gerir garantias bancárias	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas pelos mecanismos de controlo interno existentes	Mecanismos de controlo a vários níveis, com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão  Relatórios trimestrais de execução orçamental e anual do Instituto	Registo de todos os procedimentos de realização de acção no sistema de informação Oracle e SGDF  Controlo por parte da IGF ROC Auditores Externos Controlo por parte do TC	Eduardo Augusto (Director da DGOR)  Sónia Pinheiro (Chefe de Departamento)

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGOR- Direcção de Gestão e Organização de Recursos	DpAP- Departamento de Aprovisionamento e Património	Aquisição de produtos e serviços ao menor custo, no menor prazo e com a máxima qualidade e gestão e racionalização do património necessário à actividade do IAPMEI (OS N°24 de 2007)	Assegurar, gerir: -Procedimentos para a aquisição ou locação de bens e serviços; - bens correntes - Comunicações móveis; -Parque automóvel - Gerir o Património; - Gerir o expediente associado; -Gerir o acervo documental.	Área de potencial existência de riscos, embora não detectados, de corrupção e de infracções conexas	Mecanismos de controlo, a vários níveis com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão para: Procedimentos e nomeação de júris; Programas de concurso e de cadernos de encargos; Regra para procedimentos por ajuste directo, no sentido que, sempre que possível sejam consultadas vários fornecedores	- Plataforma de contratação electrónica(VortalGov); - Registo dos procedimentos efectuados com recurso a ajuste directo na Base de dados BASE <a href="http://www.base.gov.pt">www.base.gov.pt</a> ; Utilização de SGDF (sistema de Gestão de documentos de Fornecedores - proposta contratos e facturas)	Eduardo Augusto (Director da DGOR)  Jorge Manuel Duque(Chefe de Departamento)



## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGOR	DpGP	Apoio à gestão da carteira de participadas, à promoção da racionalização e à definição do quadro orientador de intervenção do IAPMEI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar a definição do quadro orientador da participação do IAPMEI em entidades instrumentarias das políticas prosseguidas pelo IAPMEI.</li> <li>- Gerir e acompanhar a carteira de participações nas vertentes institucional e patrimonial.</li> <li>- Promover a racionalização e selectividade das participações sociais.</li> <li>- Desenvolver o sistema de informação e acompanhamento de participadas.</li> </ul>	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas, pelos mecanismos de controlo interno existentes.	Segregação de funções no processo de avaliação e decisão (hierarquia de decisão).	<p>GPS - Sistema de Gestão de Participações Sociais.</p> <p>SGDF – Sistema de Gestão de Documentos de Fornecedores.</p> <p>Controlo por parte da Inspeção-geral de Finanças e do Tribunal de Contas.</p>	<p>Eduardo Augusto (Director da DGOR)</p> <p>Carlos Castro (Chefe de Departamento)</p>

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGOR	DPRH	Desenvolver todos os procedimentos relativos à área de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processamento de remunerações, abonos e encargos</li> <li>- Gestão de processos individuais;</li> <li>- Assiduidade;</li> <li>-Gestão administrativa de benefícios sociais do pessoal;</li> <li>- Acidentes de trabalho;</li> <li>- Gestão administrativa dos RH afectos ao IAPMEI;</li> <li>- SIADAP (2 e 3);</li> <li>- Plano de formação;</li> <li>- Fundo de pensões;</li> <li>- Medicina no trabalho</li> <li>- Balanço Social</li> <li>- Selecção de recrutamento</li> </ul>	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas, pelos mecanismos de controlo interno existentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Mecanismos de controlo, a vários níveis, com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão</li> <li>- Procedimento e nomeação de júris diferenciados em função da tipologia dos concursos</li> <li>- Gestão do sistema de gestão de assiduidade</li> <li>- Verificação da assiduidade - Envio do relatório anual do SIADAP para a DGAEP;</li> <li>- Envio do relatório anual de formação para a SGMEI</li> <li>- Envio do relatório anual de segurança, saúde e higiene no trabalho para a ACT</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Sistema de gestão da assiduidade por registo biométrico</li> <li>-Bases de dados - SIADAP 2 e 3;</li> <li>-SIOE</li> <li>-Publicitação dos actos que requerem divulgação pública</li> <li>-SGDF</li> <li>-Segregação de funções com decisões a vários níveis</li> </ul>	<p>Eduardo Augusto (Director)</p> <p>António Cardoso Pereira (Chefe de Departamento)</p>

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	
DGOR	DpSIC	Assegurar a estratégia de desenvolvimento dos Sistemas de Informação e Comunicações do IAPMEI, em articulação com a estratégia global do Instituto.	<p>Coordenar o desenvolvimento aplicacional, conjuntamente com as Direcções do Instituto e assegurar a sua manutenção e funcionamento.</p> <p>Gerir a infra-estrutura tecnológica de <i>hardware</i>, <i>software</i> e sistemas de comunicações, assim como prestar assistência especializada nos processos de aquisição de <i>hardware</i>, <i>software</i> e de serviços de consultoria em TIC.</p> <p>Assegurar o apoio aos utilizadores na exploração dos recursos informáticos.</p>	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas, pelos mecanismos de controlo interno existentes.	<p>Segregação de funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No processo de avaliação e decisão da aquisição (hierarquia de decisão);</li> <li>- No processo administrativo de aquisição conduzido por Departamento de aprovisionamento.</li> <li>- Na execução física e financeira dos contratos</li> </ul>	SGDF – Gestão financeira de propostas, contratos e facturas	

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	
DGOR	DSATM	Garantir a gestão do parque imobiliário patrimonial do IAPMEI, nas vertentes de manutenção, conservação dos imóveis, novas construções e assegurar os serviços de higiene e limpeza e de vigilância e segurança.	Lançamento e acompanhamento de empreitadas de obras públicas e de procedimentos de aquisição de serviços de vigilância e segurança e de higiene e limpeza	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas, pelos mecanismos de controlo interno existentes.	Segregação de funções: - No processo de avaliação e decisão da aquisição (hierarquia de decisão); - No processo administrativo de aquisição de bens e serviços conduzido por Departamento de Aprovisionamento - Na execução física e financeira dos contratos	SGDF – Gestão financeira de propostas, contratos e facturas	

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades (passíveis de risco)	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DJA		<p>A Unidade Jurídica tem por missão o apoio jurídico ao Conselho Directivo e a todas as Unidades e Delegações do IAPMEI no desenvolvimento da sua actividade, com vista à realização da missão do instituto, salvaguardando os interesses deste no estrito cumprimento da lei, bem como defender os interesses do instituto em juízo e fora dele.</p>	<p>Recuperação de créditos; Preparação e acompanhamento de procedimentos de aquisição de bens e serviços; Assessoria (elaboração de pareceres e informações jurídicas);</p>	<p>Os riscos possíveis existem de uma forma muito atenuada e podem relacionar-se com tomada de decisões que podem, eventualmente, beneficiar os promotores em incumprimento, privilegiar fornecedores ou influenciar decisões do C.D.</p>	<p>Distribuição aleatória dos processos, segregação de funções e filtragem dos pareceres e informações por parte da Directora.</p> <p>No que respeita à aquisição de bens e serviços, a intervenção desta Unidade queda-se pela assessoria jurídica, nomeadamente pela escolha dos procedimentos mais adequados e cumprimento de prazos</p>	<p>Recuperação de créditos Existem diversos níveis de aprovação dos planos propostos pelos técnicos. A elaboração concreta dos planos pertence à área financeira, bem como o seu encerramento. Aquisição de bens e serviços Propostas elaboradas por diferentes Direcções e com aprovação superior. Assessoria Para além da distribuição aleatória das solicitações (salvo maior especialização), os documentos produzidos têm o filtro da responsável pela Direcção, para além da análise do serviço a que se destinam e ainda pelo C.D. Controlo mais abrangente assegurado por diversos órgãos externos como o Tribunal de Contas, a DGAEP, a Inspeção Geral de Finanças e o Tribunal de Contas Europeu.</p>	<p>Ana Abrantes (Directora)</p>

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DJA	Departamento de Auditoria Interna - DpAI	Verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas e procedimentos internamente definidos	<p>Apoiar a elaboração dos Manuais de Procedimentos das diversas Direcções e Departamentos, para que os requisitos formais e legais que regem o IAPMEI sejam cumpridos;</p> <p>Apoiar a actualização dos Manuais de Procedimentos de controlo dos Sistemas de Incentivos;</p> <p>Verificar o cumprimento das normas no âmbito das auditorias efectuadas;</p> <p>Assegurar a articulação operacional com os órgãos oficiais de inspecção, auditoria, fiscalização e controlo da actividade do IAPMEI;</p>	Acesso a informação de toda a actividade do IAPMEI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar o Sistema de organização da documentação (numeração sequencial)</li> <li>- Publicitação do Regulamento interno da Auditoria</li> <li>- Frequência em acções de formação</li> </ul>	<p>Segregação de funções</p> <p>Existência de Regulamento interno da Auditoria</p>	Paula Spínola (Chefe de Departamento)

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DPI – Direcção de Promoção da Inovação	DpEC – Dept. de Eficiência Colectiva	<p>Estruturar e implementar acções conducentes à mobilização, concertação estratégica e intervenção qualificada de agregados competitivos, como Pólos de Competitividade e Tecnologia, <i>Clusters</i> e outros, numa lógica de maximização de eficiência colectiva;</p> <p>Dinamizar uma rede de células de “inteligência competitiva”, articuladas com os agregados competitivos, promotoras de actividades de vigilância e prospectiva</p> <p>Participar no processo de dinamização, avaliação e acompanhamento de projectos de eficiência colectiva, assim como dinamizar a articulação em rede dos respectivos agregados.</p>	<p>Participação nos momentos de apreciação de candidaturas às EEC (Estratégias de Eficiência Colectiva) e de apreciação dos projectos âncora apresentados pelas entidades reconhecidas;</p> <p>Desenvolvimento de um processo de articulação entre os agregados constituídos e outras áreas de actuação da DPI, procurando uma aproximação à dinâmica dos mesmos através de iniciativas conjuntas.</p>	<p>Não aplicável. Trata-se de uma actividade emergente, em que todo o processo de decisão e coordenação está centrado no QREN/Programa COMPETE</p>	<p>NA</p>	<p>NA</p>	<p>Filomena Egreja</p>

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DPI – Direcção de Promoção da Inovação	DpFC – Departamento de Ferramentas para a Competitividade	<p>Desenvolver e difundir ferramentas para a qualificação e sustentabilidade das estratégias empresariais focadas na competitividade, nomeadamente nas áreas de benchmarking, innovation scoring (IS) e responsabilidade social das organizações;</p> <p>Dinamizar actividades de identificação, validação e disseminação de boas práticas de gestão empresarial e de facilitação da actividade empresarial;</p> <p>Desenvolver e implementar iniciativas e sistemas de reconhecimento de mérito e de boas práticas de PME e de entidades da envolvente empresarial, a nível nacional e comunitário</p> <p>Prestar informação sobre o espaço europeu da competitividade e inovação, facilitar a procura de parcerias estratégicas e induzir a participação de empresas portuguesas em iniciativas e em programas europeus de apoio a projectos de I&amp;D+I (EEN);</p> <p>Assegurar a governação da EEN – <i>Enterprise Europe Network</i> em Portugal, em articulação com os serviços da Comissão Europeia</p>	<p>Avaliação global do modelo de BBP e definição de modelo mais eficiente e eficaz;</p> <p>Desenvolvimento de nova plataforma informática BBP e melhoria do site respectivo;</p> <p>Organização de Acções de Imersão BBP e IS e de Encontros da Rede BBP;</p> <p>Coordenador Nacional da Semana Europeia das PME;</p> <p>Promoção e Dinamização dos EEA – European Enterprise Awards;</p> <p>Coordenação intra consórcio EEN e reporte à CE;</p> <p>Implementação e operacionalização do KMS – Knowledge Management System;</p> <p>Dinamização e reforço das acções da Rede EEN: missões empresariais e brokerage events;</p> <p>Consulta às empresas através do EBTP – European Business Test Panel</p>	Não se identificam riscos	<p>Enquanto promotor de acções, assegurar o rigoroso cumprimento da legislação nacional e procedimentos aplicáveis.</p> <p>Enquanto co-promotor do projecto “Enterprise Europe Network”, assegurar o rigoroso cumprimento da legislação nacional e procedimentos aplicáveis e requisitos determinados pela (contas certificadas e outros) Comissão Europeia.</p> <p>Enquanto líder do Consórcio que representa a Enterprise Europe Network em Portugal, assegurar o cumprimento do reporte à Comissão Europeia, nos termos impostos, bem como dar cumprimento a pedidos da CE</p>	<p>Sempre que necessário, recurso a apoio da Direcção Jurídica e da Direcção Financeira.</p> <p>Ao nível da EEN, cumprimento dos procedimentos legais nacionais, cumprimento dos requisitos da Comissão Europeia, com e nomeadamente, certificação de contas por ROC.</p>	<p>Filomena Egreja</p> <p>Helena Moura</p>



## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DPI – Direcção de Promoção da Inovação	DpVEC – Dinamização da Valorização Económica do Conhecimento	<p>Dinamizar a intervenção das entidades e infra-estruturas tecnológicas de apoio à actividade empresarial, assim como coordenar a intervenção das entidades do Ministério da Economia e Inovação nas infra-estruturas tecnológicas em que detenham participações de capital;</p> <p>Dinamizar processos de valorização de conhecimento disponível no SCT, nomeadamente através de processos de transferência de tecnologia para empresas;</p> <p>Análise e acompanhamento de projectos facilitadores de contacto de PME com entidades do SCT; Acompanhamento de iniciativas indutoras de Transferência de Tecnologia.</p>	<p>Gestão das participações do IAPMEI em entidades tecnológicas.</p> <p>Gestão dos instrumentos de apoio Vale I&amp;DT e Vale Inovação inseridos nos Sistemas de Incentivos do QREN: análise de candidaturas; contratação; acompanhamento técnico e financeiro; pagamentos; divulgação.</p> <p>Desenvolvimento de projectos, estudos ou outras iniciativas relacionadas com as Políticas Públicas orientadas para a inovação e a competitividade: promoção de candidaturas ao SIAC – Sistema de Incentivos às Acções Colectivas do QREN; acompanhamento e reporte no âmbito da Estratégia de Lx e do Plano Tecnológico.</p>	<p>Concessão de benefícios públicos (instrumentos de apoio financeiro a empresas, Vale I&amp;DT e Vale Inovação)</p> <p>Beneficiário de apoios públicos decorrente de candidaturas ao QREN/SIAC</p>	<p>Vários níveis de intervenção no processo de decisão (parecer técnico, proposta de decisão de Coordenador/Chefe Departamento, proposta de decisão do Director, Decisão Conselho Directivo.</p> <p>Segregação de funções de análise de propostas e seu acompanhamento e execução/pagamento.</p> <p>Elaboração e aprovação de Manuais de procedimentos inerentes à função.</p> <p>Auditorias internas e externas das entidades competentes de acompanhamento e controlo de fiscalização.</p> <p>Procedimentos e orientações emanadas pela Autoridade de Gestão do POFC</p>	<p>Auditorias de controlo interno, da responsabilidade de Direcção de Auditoria Interna.</p> <p>Auditorias e inspecções decorrentes do Sistema de Fiscalização e Controlo do QREN (que financia os referidos instrumentos), que podem ser de vários níveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Primeiro nível (departamento de fiscalização e controlo interno no IAPMEI);</li> <li>b) Segundo nível (Autoridades de Gestão dos Programas operacionais)</li> <li>c) Alto nível (Inspeção Geral de Finanças)</li> <li>d) Tribunal de Contas (Nacional e Europeu)</li> <li>e) Serviços de Auditoria da Comissão Europeia</li> </ol> <p>Elaboração de Relatórios subjacentes às várias fases de decisão associada aos projectos, sujeitos a análise e aprovação superior na cadeia de decisão.</p> <p>Monitorização da implementação dos instrumentos com base em relatórios periódicos e sustentada no Sistema de Informação de Gestão de Incentivos.</p>	<p>Filomena Egreja</p> <p>Cristina Branquinho</p>

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGIC		<p>De acordo com a Portaria 538/2007, à Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos compete:</p> <p>a) Conceber sistemas de incentivos relacionados com a promoção da inovação, com a qualificação dos recursos humanos, com o incentivo aos factores de competitividade, nas suas visões empresarial, sectorial e territorial, e com o apoio à envolvente na prossecução daqueles objectivos;</p> <p>b) Coordenar e executar os trabalhos de análise e selecção de projectos de investimento;</p> <p>c) Fiscalizar e acompanhar a aplicação de verbas públicas, de acordo com os normativos nacionais e comunitários;</p> <p>d) Proceder à gestão de créditos associados aos apoios concedidos;</p> <p>e) Definir mecanismos de assistência técnica às empresas e de apoio às mesmas através da aplicação de verbas de reembolsos.</p>	<p>Análise, contratação e acompanhamento de projectos candidatos a incentivos financeiros e benefícios fiscais.</p>	<p>Os riscos identificados no âmbito da actividade decorrem da actividade desenvolvida pelo IAPMEI no âmbito da gestão e atribuição de fundos.</p> <p>Existem dois riscos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ao nível da aprovação e contratação dos apoios</li> <li>- Ao nível do pagamento dos apoios</li> </ul> <p>MANUAIS DE PROCEDIMENTOS</p> <p>Sistemas de controlo</p> <p>Auditorias 1º nível</p> <p>Sistema de informação</p> <p>Consola/conta corrente</p>	<p>Neste âmbito têm sido aplicadas um conjunto de medidas que visam eliminar os riscos associados à actividade desenvolvida neste âmbito,</p> <p>nomeadamente:</p> <p>Definição prévia de critérios gerais e abstractos de concessão de benefícios. Todos os esquemas de apoio estão regulamentados através de legislação que estabelece de forma transparente e exacta os critérios de avaliação a ter em conta na concessão dos apoios.</p> <p>Segregação de funções, é assegurada a segregação em várias dimensões, nomeadamente: Ao nível das propostas técnicas com a segregação dos níveis de decisão internos e externos;</p> <p>Ao nível do ciclo de vida do projecto com a segregação de funções entre a análise e aprovação, e o acompanhamento e</p>	<p>As acções a desenvolver deveriam consubstanciar uma actividade relevada no PA do IAPMEI e dessa forma dar origem a um processo de monitorização e acompanhamento natural.</p> <p>Isto sem prejuízo das acções de controlo que o DpFC e o DpAI entendam desenvolver.</p>	Pedro Cilínio

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

					<p>execução dos apoios.</p> <p>Funciona no âmbito da DGIC, mas na dependência directa do CD, um Departamento de Fiscalização e Controlo que tem como missão fiscalizar a actividade da DGIC através da realização de auditorias representativas aos projectos geridos;</p> <p>A existência de Manuais de Procedimentos no âmbito da gestão de incentivos, situação que clarifica os procedimentos a adoptar em cada situação.</p> <p>A adopção da Gestão informática dos procedimentos de atribuição de apoios:</p> <p>Utilização dos meios electrónicos para apresentação de candidaturas; gestão das atribuições e acessos aos projectos; gestão dos circuitos de decisão; análise das candidaturas com base em ferramentas definidas pelas AGs, Emissão electrónica do contrato;</p>	
--	--	--	--	--	---	--

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

					<p>utilização de formulários electrónicos para pedidos de pagamento e outras formalizações;«.</p> <p>Existência de uma conta corrente online, que permite o acesso aos interessados a informação sobre o estado do processo;</p> <p>Publicitação dos apoios concedidos através da Internet.</p> <p>Medidas a desenvolver:</p> <p>Incluir o registo dos pedidos de elementos no sistema de informação</p> <p>Criar um registo interno acessível à generalidade dos colaboradores do IAPMEI das atribuições dos projectos</p> <p>Criar um registo interno acessível à generalidade dos colaboradores do IAPMEI dos acessos efectuados aos projectos</p> <p>Criar um Guia do Beneficiário dos</p>	
--	--	--	--	--	--	--

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

					<p>apoios, de forma a tornar mais transparentes para os beneficiários, os procedimentos aplicáveis no âmbito da gestão dos processos.</p> <p>Instituir em articulação com as AGs um modelo de relatório de acompanhamento dos projectos, a usar no âmbito das verificações efectuadas aos locais de execução dos projectos.</p>		
--	--	--	--	--	---	--	--

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
	DpFC	<p>Enquanto área segregada face à restante estrutura afecta à gestão de incentivos, compete controlar e fiscalizar a execução dos projectos apoiados contemplando os procedimentos, operações, funções e actividades relacionadas com a gestão operacional e fazer garantir o cumprimento das disposições legais regulamentares aplicáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controlo e fiscalização de 1º Nível de Projectos PRIME, MODCOM e QREN</li> <li>- Coordenação e acompanhamento das acções de Controlo e fiscalização de 2º e alto nível</li> <li>- Pivot em sede de Gestão de Devedores e Comunicação de Irregularidades</li> </ul>	<p>Área de (im)provável risco de corrupção e de infracções conexas, apenas passíveis, que não detectadas, mediante mecanismos de controlo interno ao nível de uma hipotética discricionariedade no que troca ao tratamento dos processos</p>	<p>Mecanismos de Controlo, a vários níveis, com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Segregação de funções face à restante estrutura afecta à gestão de incentivos;</li> <li>- Acompanhamento e monitorização contínua na execução das tarefas e actividades</li> <li>- Uniformização e consolidação da informação</li> <li>- Registo dos documentos entrados e saídos na aplicação DpFC</li> <li>- Cabimentação e autorização das adjudicações de auditorias cumprindo as regras da Contratação Pública, com diferentes níveis de decisão</li> <li>- Dossiers técnicos relativos a todos os projectos auditados</li> <li>- Definição dos lotes das empresas a auditar externamente e de forma aleatória</li> <li>- Cumprimento integral do Manual de Fiscalização</li> <li>- Distribuição técnica de processos de forma aleatória</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manual de Fiscalização</li> <li>- Manual da Aplicação Informática DpFC</li> <li>- Manual de Classificação de Anomalias</li> <li>- Manual de Procedimentos Administrativos</li> </ul>	<p>Conceição Castro (Chefe de Departamento)</p>

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade orgânica	Subunidade orgânica	Missão (DAE)	Principais actividades da subunidade orgânica	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DAE	DAT	Assistir as PME na elaboração e execução de estratégias empresariais de crescimento qualificado, apoiando a melhoria das suas capacidades estratégicas, promovendo o desenvolvimento de competências organizacionais e a transferência de conhecimento e boas práticas através da linha de produtos e serviços do IAPMEI	Coordenação das visitas individuais em empresa no âmbito do Serviço de Assistência Empresarial	Risco de oferta de prendas de valor simbólico. Risco de oferta de almoços e jantares no decurso do contacto directo com os empresários. Risco de oferta de propostas de trabalho para familiares ou pessoas próximas.	Elaboração de um código de conduta ética para o IAPMEI.	Realização de reuniões periódicas sobre a discussão dos riscos de corrupção e comportamento ético.	Carlos Alberto Almeida
	DPC		Apoio na realização auto-diagnósticos nas empresas				Etelvina Nabais
	Academia de PME		Realização de estudos sobre competências empresariais				Inês Berlenga
	CEE Norte		Organização e gestão de acções de formação				Fátima Tavares
			Realização de workshops				
	CDE Lisboa		Organização de eventos				José Vale
			Visitas a empresas				
CDE Alentejo	Atendimento personalizado	António Cebola					
	Difusão electrónica de informação relevante						
CDE Algarve	Intermediação com centros de conhecimento	João Rodrigues					
	Facilitação junto de entidades publicas						

## Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DPIF	<p>Departamento de Inovação Financeira</p> <p>Departamento de Assistência à Revitalização Empresarial.</p>	<p>Facilitar o acesso das empresas e empreendedores ao financiamento, através do desenvolvimento (no âmbito do Programa INOFIN) de soluções de financiamento optimizadas de custo e prazo, adequadas à concretização dos seus projectos de investimento</p> <p>Facilitar a reestruturação empresarial e conciliação de credores, prestando informação e aconselhamento sobre soluções adequadas e intervindo na negociação, acompanhamento e monitorização de processos em articulação com os principais credores públicos e outras entidades designadamente em sede de processo judicial.</p>	<p>Implementar e facilitar o acesso a novas soluções de financiamento para PME, suportadas em instrumentos de partilha de risco.</p> <p>Promover o empreendedorismo através da animação de redes de parceria, para a dinamização do espírito empreendedor e a valorização económica do conhecimento através de mecanismos de assistência à implementação e desenvolvimento de novos projectos empresariais;</p> <p>Divulgação de boas práticas empresariais e de casos de sucesso e assegurar a distinção pública de empresas rumo á excelência</p> <p>Apoiar a Reestruturação de Empresas, na operacionalização de processos de viabilização envolvendo apoios de natureza financeira e a Conciliação de Credores, com pareceres de viabilidade económica e financeira no âmbito do PEC e em processos em sede de processo judicial (CIRE).</p>	<p>Verificação de dos procedimentos:</p> <p>Na selecção e contratação de serviços</p> <p>Execução contratual</p> <p>Condições de efectivação de pagamentos</p>	<p>Garantir internamente a boa execução em articulação com as áreas com atribuições específicas de controlo do IAPMEI</p>	<p>Propostas validadas por de acordo com os procedimentos estabelecidos, pelos responsáveis dirigentes da DPIF</p>	<p>André Março</p> <p>Manuel Arsénio</p> <p>Luís Santos</p>